

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia. Em 2013 foram investidos R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,6 em distribuição, R\$ 1,26 em geração e R\$ 28 milhões em transmissão.

Transformação socioeconômica nas regiões onde atua, respeito pelo cliente, foco nas pessoas, atuação sem fronteiras, integridade, sustentabilidade e criação de valor para seus acionistas. Esses valores, aliados à transparência e à solidez do Grupo Neoenergia, levaram a agência de rating S&P reafirmar, em 2013, pelo quarto ano consecutivo, sua nota máxima na escala nacional (brAAA) e grau de investimento na escala global (BBB-).

Como parte integrante deste que é um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Geração Céu Azul S.A. está ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País e preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Geração Céu Azul S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada 100% pela Neoenergia S.A. A Companhia foi constituída em setembro de 2007 com a denominação "ZEUSPE Empreendimentos e Participações", havendo a alteração para atual denominação social ("Geração Céu Azul S.A.") em 31 de outubro de 2008. A Companhia possui no escopo do seu objeto social estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar empreendimentos e sistemas de produção e/ou geração de energia elétrica da unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, assim como sistemas de transmissão, transformação, distribuição, comercialização de interesse restrito da unidade hidrelétrica Baixo Iguaçu, bem como serviços correlatos que lhe venha, a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito.

2. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	893	106
Títulos e valores mobiliários	5	22	-
Impostos e contribuições a recuperar	6	238	4
Outros ativos circulantes		10	9
TOTAL DO CIRCULANTE		1.163	119
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	5	191	-
Depósitos judiciais	7	14.275	-
Imobilizado	8	277.579	29.683
Intangível		-	1
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		292.045	29.684
TOTAL DO ATIVO		293.208	29.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Geração Céu Azul S.A. foi constituída para a construção e operação da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu. O leilão para concessão da Usina foi realizado em setembro de 2008 e a assinatura do contrato de concessão em agosto de 2012. Baixo Iguaçu é o último empreendimento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias. O eixo do barramento situa-se a 174 km da Foz do Rio Iguaçu, imediatamente a montante da confluência do rio Gonçalves Dias, limite do Parque Nacional do Iguaçu. Pela margem esquerda, o município na área do barramento é a Capanema e pela margem direita, Capitão Leônidas Marques, ambos no Estado do Paraná.

A Usina produzirá sua energia por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350MW e energia assegurada de 172,8MW médios, com comercialização 70% no mercado Ambiente de Comercialização Regulado e 30% Ambiente Comercialização Livre. A Usina tem previsão para entrada em operação em abril de 2016 e investimento de R\$ 1,607 milhão.

O projeto consiste na construção e operação da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu, um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no estado do Paraná. A energia será produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW e energia assegurada de 172,8 MW médios.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico - Financeiro - R\$ mil	2012	2013	Δ %
EBITDA	(48)	(42)	(12,5%)
Resultado do Serviço	(48)	(42)	(12,5%)
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	18	(591)	(3383,3%)
Lucro Líquido	(36)	(723)	1908,3%
Ativo Total	29.803	293.208	883,8%
Investimento	18.980	247.896	1206,1%
Dívida Líquida ¹	(106)	(1.106)	943,4%
Patrimônio Líquido	4.824	278.583	5674,9%
Indicadores Econômico-Financeiros²			
Dívida Líquida/EBITDA	2,208	26,23	1092,5%

¹ Dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos

² p.p. pontos percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

Conciliação de EBITDA - R\$ Mil	2012	2013	Δ %
Lucro Líquido	(36)	(723)	1908,3%
Imposto de Renda e CSLL	6	90	1400,0%
Receita Financeira	(23)	(511)	2121,7%
Despesa Financeira	5	1.102	21940,0%
EBITDA	(48)	(42)	(12,5%)

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar. Para financiar seus investimentos a companhia utiliza capital próprio. A Neoenergia, grupo econômico no qual a Companhia faz parte, tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB e FINEP.

5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
LUCRO BRUTO		-	-
Despesas gerais e administrativas		(42)	(48)
LUCRO OPERACIONAL		(42)	(48)
Receitas financeiras	13	511	23
Despesas financeiras	13	(1.102)	(5)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(633)	(30)
Imposto de renda e contribuição social		(90)	(6)
Corrente		(90)	(6)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(723)	(36)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$		-	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Capital Social	Lucros/Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de Janeiro de 2012	5.231	(371)	4.860
Prejuízo do exercício	-	(36)	(36)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	5.231	(407)	4.824
Aumento de capital	274.482	-	274.482
Prejuízo do exercício	-	(723)	(723)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	279.713	(1.130)	278.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A GERAÇÃO CÉU AZUL S.A. (Céu Azul ou Companhia) é uma sociedade de propósito específico (SPE) e consiste na construção e operação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHE Baixo Iguaçu), um empreendimento localizado no Rio Iguaçu, no Estado do Paraná. A energia será produzida por meio de três unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 350 MW e energia assegurada de 172,8 MW médios.

A UHE Baixo Iguaçu é o último aproveitamento hidrelétrico da cascata do rio Iguaçu, região hidrográfica do Paraná, sub-bacia 65, a jusante da UHE Salto Caxias. O eixo do barramento situa-se a 174 km da foz do rio Iguaçu, imediatamente a montante da confluência do rio Gonçalves Dias, limite do Parque Nacional do Iguaçu. Pela margem esquerda, o município na área do barramento é Capanema e pela margem direita, Capitão Leônidas Marques, ambos no Estado do Paraná.

A usina fornecerá 121 MW médios no mercado regulado e 47 MW médios serão comercializados no mercado livre. A entrada em operação está prevista para junho de 2016.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findos em 31 de dezembro de 2013 e 212 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatos objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia ainda encontra-se em fase pré-operacional, portanto, ainda não emite qualquer tipo de receita de venda de energia.

2.4. Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social ("IR e CS") são de 25% e 9%, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos a contar da data da contratação.

2.7. Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido da remuneração contratada, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.8. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo custos adicionais de acordo com o CPC 27 e está em fase pré-operacional.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

2.10. Provisões

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

2.11. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas por força de legislação ou cláusulas contratuais, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras (passivos).

2.12. Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e tem por motivadores os "condicionantes ambientais" exigidos pelos órgãos públicos competentes. Nesse particular, estão enquadrados no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente - IMA, esse último na esfera estadual.

Os "condicionantes ambientais" correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avançados entre as partes.

2.13. Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Provisões para riscos cíveis

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em curso		Total
	Custo	Valor líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	10.702	10.702	10.702
Adições	18.981	18.981	18.981
Saldos em 31 de dezembro de 2012	29.683	29.683	29.683
Adições	247.896	247.896	247.896
Saldos em 31 de dezembro de 2013	277.579	277.579	277.579

9 Fornecedores

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Fornecedores	31/12/13	31/12/12
Materiais e serviços	2.850	186
Terceiros	2.850	186
Total	2.850	186

O aumento no saldo de fornecedores deve-se ao incremento de gastos relacionados às obras para a continuação da construção da Usina Hidrelétrica.

10 Impostos e Contribuições a Recolher

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR		60	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL		31	1
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		76	-
Imposto Sobre Serviços - ISS		-	26
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	(a)	636	25
Total		803	52

(a) Aumento em impostos e contribuições na fonte proveniente do aumento do fluxo de pagamento de fornecedores que geram este tipo de retenção.

11 Provisões Passivas

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências	
	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-
Constituição	10.000	10.000
Atualização	969	969
Saldos em 31 de dezembro de 2013	10.969	10.969

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Contingências Cíveis

Contingências Cíveis	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor Provisionado	
		atualizado	Instância		31/12/13	31/12/12
Indenização por perdas	(a)	10.969	1ª, 2ª e 3ª	Provável	10.969	-
	(a)	45	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		11.014			10.969	-

(a) Requerimento de diversas indenizações referentes desapropriação de terras para a implantação da UHE Baixo Iguaçu.

12 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 279.713 (R\$ 5.231 em 31 de dezembro de 2012).

A composição do capital social realizado por classe de ações e acionistas é a seguinte:

Acionista	Ações ordinárias (Em milhares)	
	Única	%
Neoenergia S.A.	279.713	100,00
Total	279.713	100,00

Acionista	R\$ Mil	
		%
Neoenergia S.A.	279.713	100,0
Total	279.713	100,0

13 Resultado Financeiro

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Receita Financeira			
Renda de aplicações financeiras		511	23
		511	23
Despesa Financeira			
Variação monetária	(a)	(969)	-
Outras despesas financeiras		(133)	(5)
		(1.102)	(5)
Resultado Financeiro		(591)	18

(a) O valor refere-se atualização monetária de Contingências Cíveis provisionado no exercício corrente (Nota 11).

14 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

Empresa	Natureza de Operação	31/12/13			31/12/12		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Neoenergia S.A.	Adiantamento - AFAC	-	-	-	-	22.667	-
	Outros	-	2	-	-	2.074	-
		-	2	-	-	24.741	-

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve remuneração dos administradores na companhia.

15 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39, e alteração da Deliberação CVM nº 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40 (R1), as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo Neoenergia que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

O principal propósito desse instrumento financeiro foi gerar recursos para financiar a construção da usina e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimos, financiamentos em moeda nacional com o BNDES - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em geração de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (circulante/não circulante)				
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.106	1.106	106	106
Caixa e equivalentes de caixa	893	893	106	106
Títulos e valores mobiliários	213	213	-	-
Passivos financeiros (circulante/não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	(2.850)	(2.850)	(186)	(186)
Fornecedores	(2.850)	(2.850)	(186)	(186)

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

Nível 1 - Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;

Nível 2 - Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3 - Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.



	31/12/13			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	10	883	-	893
Títulos e valores mobiliários	213	-	-	213
	223	883	-	1.106

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
- Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período		Cenário	Cenário	R\$ Mil
			Saldo	provável	(II)	(III)	
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	1.096	89	67	45

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 883 mil em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	31/12/13						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2014	2015	2016	2017 de 5 anos

Passivos financeiros não derivativos:

Fornecedores	(2.850)	(2.850)	-	(2.850)	-	-	-
--------------	---------	---------	---	---------	---	---	---

- Riscos operacionais
- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de geração de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

- Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/12/13	31/12/12
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	893	106
Títulos e valores mobiliários	213	-
Risco quanto à escassez de energia		

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declararam que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Geração Céu Azul S.A.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014.

Felipe dos Santos Moreira
Diretor-Presidente

Miguel Zerbini de Faria
Diretor Técnico
Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

Alejandro Roman Arroyo
Diretor de Geração
Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta
Diretora de Planejamento e Controle
Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Geração Céu Azul S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2013, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2014

Jorge Luiz Pacheco (Suplente)

José Maurício Pereira Coelho

Mario José Ruiz-Tagle Larrain

Solange Maria Pinto Ribeiro

Denise Faria - Secretária

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Vice-Presidente

Titulares
Jose Maurício Pereira Coelho
Solange Maria Pinto Ribeiro

Suplentes
Jorge Luiz Pacheco
Eduardo Capelastegui Saiz
André Luis Dantas Furtado
Lara Cristina Ribeiro Piau Marques

DIRETORIA

Felipe dos Santos Moreira
Diretor-Presidente

Miguel Zerbini de Faria
Diretor Técnico
Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Eduardo Pinheiro Santos Tanure
Diretor de Regulação

Alejandro Roman Arroyo
Diretor de Geração
Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta
Diretora de Planejamento e Controle
Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Cristiane Duarte Tavares - CRC/RJ - 092950/O-5